



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

RESUMO EXECUTIVO

268ª REUNIÃO

217ª ORDINÁRIA

Data: 26/10/2015

Hora do Início: 14h00minh00mim

Abertura: Januário Carneiro da Cunha Neto

Local: Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon (Av. André Araújo, nº 701 – Aleixo.

ITEM I – Apreciação e aprovação da ATA 267ª Reunião (216ª Ordinária), realizada no dia 21/09/2015. **Aprovada por consenso do colegiado.**

ITEM II – COMUNICAÇÕES: O membro **Antonio Daniel Silva de Almeida** cumprimenta a todos e comunica aos membros e a todos os presentes que o Departamento de Recursos Humanos já começou a realizar o recadastramento dos servidores da SUSAM, neste primeiro momento foi priorizada a região de Manaus e Entono, já realizando em alguns Municípios como Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Presidente Figueiredo e Manaquiri, hoje está sendo realizado em Iranduba e Autazes, no dia 03 de novembro será feito em Nova Olinda do Norte, no dia 10 de novembro vai ser em Rio Preto da Eva, Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel e no dia 28 e 29 de Outubro será realizado o recadastramento aqui da Sede, então será preparado os documentos para realizar um procedimento rápido. O membro **Cláudio Pontes Ferreira** informa sobre o **e-SUS**, e afirma que o Estado do Amazonas, cerca de 95% está efetivado, então apesar dos pesares gostaria de parabenizar os Municípios que estão correndo atrás, tem apenas um município ainda não iniciado que é Itamarati, o Ministério mantém a data, que é dezembro, com envio da competência em janeiro; sobre o **PMAQ** informa que já está aberto para contratualização para o terceiro ciclo que vai até 30 de novembro dezembro, já foi comunicado a alguns Secretários para ter cautela para quem entrar no sistema e enviar, depois não tem como liberar o sistema, quem se esqueceu de inserir equipe não tem mais como, lembra que quem tiver Equipe de Saúde Bucal tem que ser inserida junto; por último é a Planificação, está com uma parceria com o **CONASS**, juntamente com a **SUSAM** e o **COSEMS** e já irá para 6ª Oficina em novembro do total de doze, estando num processo bem adiantado em relação a outros Estados e agora é só garantir os recursos para 2016, conversando com o Daniel para poder finalizar as doze Oficinas. A senhora **Radija Mary Costa de Melo Lopes** lembra sobre os relatórios, sobre os instrumentos de planejamento no qual está na pasta de todos os membros sendo um resumo da situação em relação aos instrumentos, pois ainda tem municípios pendentes com Relatório de Gestão de 2013, tendo cinco



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

municípios Amaturá, Careiro Castanho, Iranduba, Manaquiri, São Gabriel da Cachoeira, em relação ao Relatório de Gestão de 2014, nós temos 21 municípios que não fizeram ainda seus Relatórios de Gestão segundo o SARGSUS, estão pendentes Amaturá, Barcelos, Beijamim Constant, Canutama, Careiro Castanho, Coari, Envirá, Guajará, Iranduba, Lábrea, Manicoré, Rio Preto da Eva, Santa Izabel de Rio Negro, Santo Antonio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Silves, Tefé, Tonantins, Urucurituba; em relação aos Planos Municipais de Saúde nós temos 16 municípios pendentes no período de 2014 a 2017, Amaturá, Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamim Constant, Caapiranga, Eirunepé, Fonte Boa, Guajará, Itamarati, Juruá, Lábrea, Pauini, Santa Izabel do Rio Negro, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença e Tonantins; em relação à Programação Anual de Saúde mais de 50% dos municípios não apresentaram a PAS 2015, são trinta e quatro municípios, a lista é grande e está relacionada e vários municípios ainda pendentes com a alimentação do SIOPS, então reitera a importância destes instrumentos, pois é obrigatório por Lei, esses documentos os gestores são cobrados em qualquer momento pelos órgãos de controle, o outro aviso é em relação ao evento que aconteceu dia 23 de outubro, foi feita uma reunião com os Secretários de Saúde de Estado representantes da Amazônia Legal, onde foram convidados nove Estados, estiveram presentes cinco, a finalidade era fazer uma agenda nesse momento de crise relacionada à questão da saúde de interesse da Amazônia Legal. Foram debatidos alguns eixos e futuramente, provavelmente, nosso Gestor irá fazer uma apresentação mais concreta do resultado desta reunião tivemos a colaboração do COSEMS relacionada a algumas questões e futuramente com certeza será feito um relatório para esta Comissão. A senhora **Laene Conceição Gadelha Dias** pede ao Secretário do Interior que o Estado ajude a sempre realizar as Reuniões da CIR, pois nós nos programamos para a realização e a mesma é desmarcada em cima da hora e a agenda agora no final de ano é muito difícil, então muitas coisas que deveriam ter sido discutidas e aprovadas na CIR e simplesmente a reunião foi suspensa, então eu quero pedir que o Estado evite suspender essas Reuniões porque temos que fazer com a participação deles. O membro **José Rodrigues** comunica que numa Reunião que houve agora dia 20 e 21 de outubro em Brasília a respeito de lançamento de um novo conjunto de dados chamado Conjunto Mínimo de Dados (**CND**), com isso o **SIS RCA** morreu, não haverá mais andamento e o que vai valer agora é o Conjunto Mínimo de Dados, irei fazer um relatório sobre o assunto, mas me foi enviado um pen drive vazio, portanto estou aguardando o reenvio do material das apresentações e me comprometo de enviar estes arquivos que foram apresentados para o **COSEMS** assim como também vou entregar uma cópia ao nosso Diretor do **DETIN** para que faça uma avaliação do sistema porque o sistema vai ter duas opções. Uma de ser Web com todas as informações via Web e uma das coisas que questionamos foi que não dá para fazer na Amazônia Legal e em especial no Amazonas e eles estão dizendo que haverá outro link aonde vai poder baixar todos os arquivos, consolidar para enviar posteriormente. Haverá a opção Web e a não Web, para enviar os arquivos à posterior, então está valendo afinal de contas o Processo está em consulta Pública e esperamos que até em 2016 se consolide este sistema que vai unificar **SIA, SIH, CNES**, e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ainda aproveitando um gancho para começar a ter informações assim como acontece na rede particular chamada de CIH, então passaremos a ter um sistema que condensa não só as informações do serviço público como também condensar as informações e os atendimentos que são feitos na rede particular. O membro **Andreia Rejane Rodrigues Ferreira** comunica que participou do Ciclo Nacional de Debates de Vigilância Sanitária em Brasília na quarta, quinta e sexta feira da semana passada no qual estavam representando o **COSEMS** e mais uma vez, desde a regional que aconteceu em Belém, diz sentir ainda mais que a questão da Vigilância Sanitária, ainda não tem se entendido ou se reconhecido como parte do Sistema Único de Saúde (**SUS**) acredita que falta um pouco mais de participação nas pactuações, nas discussões desde os Conselhos Municipais, das **CIR, CIB, CIT** porque em seu entendimento a **ANVISA** parece ser uma agência, que é apêndice do SUS e não é isso que está escrito na Lei, e a questão de querer retroagir, falando em centralização quando se está brigando por uma descentralização e falando a respeito da responsabilidade de todos os entes federativos e de suas autonomias, outra questão é que faz três meses que a unidade de Nova Olinda do Norte, o Hospital Dr. Galo Manuel não recebe o repasse para compra de medicamentos está uma situação muito difícil porque o hospital não recebe e não há mais como ajudá-lo, foram comprados alguns medicamentos injetáveis e repassados para o hospital, além dos recursos humanos que é mantido lá, mas fica muito difícil, não podendo nem cobrar a direção do hospital um posicionamento diferente se não tem como foi dito hoje que o difícil é o fornecedor entender então uma situação que está cada vez mais complicada de se administrar nos municípios no interior do Estado. O membro Marivone informa que esteve participando do Seminário Macrorregional de Apoio a Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Criança, nesse seminário foi trabalhado várias atividades e algumas propostas, a coordenação estadual esteve presente e foi feito um relatório, como gestora gostaria de saber do Estado que tipo de apoio poderá ser dado para se construir um plano operacional para que essa política seja implantada nos municípios e de que forma pode se trabalhar para melhorar o processo de trabalho das Unidades Básicas de Saúde. O membro **José Rodrigues** complementando o que foi dito afirma que no encontro do CMD houve uma posição que não está definido claramente, o papel da atenção básica e o que é o papel da atenção primária, o CONASS entende de um jeito e o CONASEMS entende de outro, então está ainda no processo de discussão e não se chegou ao um denominador comigo e ainda neste processo se acaba ficando com a Vigilância Sanitária do lado de fora, porque você não sabe a onde entra se for atenção básica a Vigilância não entra e se for atenção primária entra, mas não sabe até onde é o papel das Vigilâncias como um todo, não está claro isso, não há uma definição concisa sobre essa questão, ainda há esse embate e o Ministério fica em cima da mesa esperando que o CONASS e CONASEMS decidam. O Presidente do COSEMS/AM **Sr. Januário Carneiro da Cunha Neto** para complementar algumas informações a respeito do apoio que o COSEMS está dando na contratualização do PMAQ, informa aos membros que nesse momento estará deixando um pouco de fazer as viagens de apoio e as oficinas do PMAQ que o CONASEMS/AM estava idealizando, para está focando na contratualização



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

dos municípios da melhor forma possível, com a estrutura que o COSEMS/AM tem hoje para estar atendendo com internet, telefonia, apoio com consultoria via apoiadores e dando esse suporte aos municípios, informa também sobre a questão do PNAB, o CONASEMS/AM foi convidado a integrar a Equipe Nacional de Revisão da Política Nacional da Atenção Básica para tentar colocar os caracteres amazônicos nessa política que às vezes estão amarradas e às vezes estão soltas não conseguimos ter um olhar singelo para a nossa região, queríamos informar que também estivemos na oficina de Conjunto Mínimo de Dados e que criaram um e-SUS para média e alta complexidade então o Ministério vai mais uma vez por um caminho no qual acho muito interessante que ele construiu um sistema sendo que os outros ainda não estão consolidados nós temos certas dificuldades, no desenrolar da mesma forma que o SUS, pois temos um off-line e um online e não estamos conseguindo fazer nem um e nem outro, o Cláudio falou sobre o e-SUS e lançaram na semana passada mais uma atualização do CNES e essa atualização não converte as atualizações anteriores e mais um problema, não tem treinamento, vão dar para nós e dizer se vira. Eu gostaria de falar a todos sobre a minha preocupação em relação a essa nova Política da questão do ACE do piso salarial criado e a responsabilidade do Ministério da Saúde em criar um vínculo legal para dizer que já financia o custeio desses Agentes. O Amazonas é um Estado que vive uma situação sui generis em relação a isso porque é o único Estado da Federação que custeia o pagamento dos Agentes de Endemias. Isso é muito bom, mas a Portaria no que foi feito no arranjo Amazonense não é legal para os municípios, nós vamos discutir com Dr. Bernardino, com a equipe da FVS um novo desenho para que ninguém fique prejudicado no Estado e no município do Amazonas, e para encerrar eu gostaria de parabenizar a Secretária de Itacoatiara que teve a aprovação pelo Ministério da Saúde da primeira Equipe de Saúde da Família Ribeirinha do Brasil, então é um orgulho para nós, peço uma salva de palmas, pois ela merece, pois depois de mais de sete meses de peregrinação e dinheiro no Ministério no vai e volta o Município de Itacoatiara foi agraciado com a aprovação e isso gerou uma forma de jurisprudência para que todos os outros municípios possam requerer e agora é rezar para que o orçamento da saúde possa ser potencializado. Eu trouxe aqui também e depois eu vou socializar com a mesa, a proposta da Frente Nacional de Prefeitos do aceito da CPMF, nós estávamos fazendo o cálculo hoje durante a reunião do COSEMS e eu acho que 15 de cada 10 Secretários acham que isso é a solução de todos os problemas tanto para os Estados como para os Municípios, que é dinheiro novo que entra e vai realmente, da maneira que a frente Nacional se prontificou, observamos como exemplo que Itacoatiara recebe um PAB Fixo de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) e passaria esse PAB fixo para R\$ 1.040.000,00 (Hum milhão e quarenta mil reais) a partir da aprovação da CPMF com alíquota de 0,12% dos municípios, portanto seria um PAB nem tão engessado para gastar com o que você precisasse em relação à saúde tanto para os Municípios como para os Estados.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ITEM III - Processo nº 25719/2015 - Dispõe sobre Plano de Trabalho: Ações de Cooperação Interfederativa DST/HIV para os Municípios Prioritários do Amazonas. **Relator:** Dr. Wagner Willian de Souza. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM IV - Processos nºs 10207/2015 e nº 15086/2015 (Juntada de Processo) - Dispõem sobre solicitação de equipamentos e materiais permanentes para UBS Fluvial para o município de Tabatinga. **Relator:** Roberto Maia Bezerra. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM V – Processo nº 03123/2015 - Dispõe sobre o repasse fundo a fundo para Regional do Alto Solimões para atender na compra de medicamentos da Atenção Básica. **Relator:** Keytiane Evangelista de Almeida. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM VI – . Processo nº 26451/2015 - Dispõe sobre a formação de Complexo Hospitalar em Oncologia para o Estado do Amazonas. **Relator:** Maria Artemisa Barbosa. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM VII – Processo nº 020168/2015 - Dispõe sobre a liberação de recurso financeiro fundo a fundo para o município de Fonte Boa. **Relator:** Cláudio Pontes Ferreira. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM VIII – Processo nº032956/2015 - Dispõe sobre o repasse dos recursos de custeio dos CAPS para os municípios do Amazonas. **Relator:** Rádija Mary Costa de Melo Lopes. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM VIX – Processo nº33322/2015 - Dispõe sobre a liberação de recurso financeiro fundo a fundo para o município de Itapiranga. **Relator:** José Rodrigues. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM X – Processo nº33081/2015 - Dispõe sobre a aquisição de medicamentos da Atenção Básica para a população privada de liberdade no sistema prisional. **Relator:** Andrely de Córdova. **Processo em Diligência.**

ITEM XI – EXTRA – PAUTA I – Processo nº 33481/2015 - Dispõe sobre o retorno do servidor Gilvan de Andrade Miranda para o órgão de origem. **Apresentação:** Bernardino Cláudio de Albuquerque. **Aprovado por consenso do colegiado.**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ITEM XIII – EXTRA – PAUTA II – Processo nº 34500/2105 - Dispõe sobre a apresentação do Projeto PET (Programa de Educação Tutorial). **Apresentação:** Roberto Maia Bezerra. **Aprovado por consenso do colegiado.**

ITEM XIV – EXTRA PAUTA III – Processo nº 33400/2015 - Dispõe sobre a Programação de Investimento de Saldo de Recurso Financeiro FVS/2014. **Apresentação:** Bernardino Cláudio de Albuquerque. **Aprovado por consenso do colegiado.**

O presente resumo Executivo foi elaborado e digitado pela Técnica da Secretaria Executiva da **CIB/AM Jeane Campos Neiva Bonfim da Silva**, e será arquivada para fins documentais, após ser submetida à apreciação dos membros da **CIB/AM**, no Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon, Av. André Araújo, 701 – Aleixo, Manaus, 26 de outubro de 2015.